

ANO XXIV N. 24 5/2/2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

[Portaria GP n. 78, 30 de janeiro de 2026](#)

Designa membro para o Comitê Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, para o biênio 2026/2027.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 4/2/2026, p. 2-3)

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Edital ASPRODEC n. 1, de 3 de fevereiro de 2026](#)

Edital de Chamada aos Tribunais Regionais do Trabalho para Apresentação de Projetos com Vistas ao Desenvolvimento de Ações de Promoção da Equidade de Raça, Gênero, Etnia, Orientação Sexual, Identidade De Gênero, Etária e de Pessoas com Deficiência, bem como das demais Dimensões da Diversidade nas Relações Sociais e de Trabalho

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 4/2/2026, p. 3-4)

[Edital ASPRODEC n. 3, de 4 de fevereiro de 2026](#)

Edital de Chamada aos Tribunais Regionais do Trabalho para Apresentação de Projetos com Vistas ao Desenvolvimento de Ações de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 4/2/2026, p. 1-2)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[Edital SN, de 4 de fevereiro de 2026](#)

Torna público Edital do Prêmio Eficiência Tributária, instituído pela Resolução CNJ n. 471/2022 e regulamentado pela Portaria Presidência nº 317/2022.

(DJe/CNJ 4/2/2026, p. 82-87)

[Portaria Presidência n. 24, de 2 de fevereiro de 2026](#)

Altera o Anexo II da Resolução CNJ nº 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

(DJe/CNJ 4/2/2026, p. 80-81)

[Portaria Presidência n. 25, de 2 de fevereiro de 2026](#)

Designa os integrantes da Comissão Avaliadora do Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário, edição 2026, e do Grupo de Apoio Multidisciplinar à Comissão.

(DJe/CNJ 4/2/2026, p. 81-82)

[Recomendação n. 167, de 2 de fevereiro de 2026](#)

Recomenda aos Tribunais que regulamentem, no âmbito de seus atos administrativos, o disposto no art. 154, VI, do Código de Processo Civil, estabelecendo procedimentos claros para que, no cumprimento de mandados, os Oficiais de Justiça possam apresentar objetivamente a possibilidade de autocomposição, colher e certificar eventual proposta, bem como adotem medidas de capacitação e aperfeiçoamento de seus sistemas processuais, respeitada a autonomia administrativa de cada Corte.

(DJe/CNJ 4/2/2026, p. 79-80)

[Resolução CNJ n. 668, de 3 de fevereiro de 2026](#)

Estabelece a obrigatoriedade de instituição de programa pelos tribunais para aplicação do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica e familiar praticada contra magistradas, servidoras e demais colaboradoras do Poder Judiciário.

(DJe/CNJ 4/2/2026, p. 78-79)